

Setembro de 2015, de cada um dos Estabelecimentos Estaduais para fins de liquidação e pagamento dos Planilhas de Serviços de que trata o art. 2º des-

§ 1.º O Diretor do Estabelecimento de contemplado no "Programa Escola 1000" deverá ficar para aplicação dos recursos alocados, na qualidade de todas as despesas relacionadas ao programa.

§ 2.º Todos os pagamentos das despesas com o "Programa Escola 1000" serão efetuadas somente por meio de vedado qualquer pagamento em dinheiro.

§ 3.º Somente poderão ser efetuados os pagamentos no âmbito do "Programa Escola 1000" após o atestado técnico da Superintendência de Desenvolvimento Educacional, da Secretaria de Estado da Educação.

§ 4.º A prestação de contas pelos gestores do contrato deverão observar as disposições contidas no Decreto nº 2.404, de 15 de setembro de 2015.

§ 5.º Fica proibida a utilização dos recursos alocados na forma do caput em despesas não relacionadas ao "Programa Escola 1000" e em desacordo com o seu Planilha de Serviços.

§ 6.º Não se aplica o disposto no § 2º do art. 5º do Decreto nº 2.404, de 15 de setembro de 2015, para a execução das ações do "Programa Escola 1000".

§ 7.º O pagamento dos serviços será de responsabilidade do Diretor do Estabelecimento de Ensino da Rede Pública Estadual e deverá obedecer às normas estabelecidas nas Condições Gerais de Contratos (Resolução nº 032/2011-SEIL, Condição Geral nº 08).

Art. 8.º As despesas decorrentes da execução das ações do "Programa Escola 1000" correrão por conta das dotações próprias da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 9.º Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação. Curitiba, em 27 de setembro de 2016, 195ª da Independência e 128ª da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

VALDIR LUIZ ROSSONI
Chefe da Casa Civil

ANA SERES TRENTO COMIN
Secretária de Estado da Educação

JOSÉ RICHIA FILHO
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

89291/2016

DECRETO Nº 5158

Regulamenta a aplicação do art. 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 93, que dispõe sobre a desvinculação das receitas dos Estados e do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual e considerando o art. 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 93, que dispõe sobre a desvinculação das receitas dos Estados e do Distrito Federal,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam desvinculados de órgão fundo ou despesa, 30% (trinta por cento) das receitas estaduais relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal;

III - receitas de fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensoria Pública e pela Procuradoria-Geral do Estado do Paraná; e

IV - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre o Estado do Paraná e os demais entes da Federação com destinação especificada em lei.

Art. 2.º Os órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo integrantes do Orçamento Fiscal, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, que possuam receitas de recolhimento descentralizado, deverão recolher ao Tesouro Geral do Estado, a partir do mês-base de setembro de 2016, em conta a ser indicada pela Secretaria de Estado da Fazenda, 30% (trinta por cento) de suas receitas até o décimo dia do mês subsequente ao da arrecadação.

Parágrafo único. Para fins de atendimento ao disposto neste artigo fica a Secretaria de Estado da Fazenda autorizada a contingenciar até o limite de 30% (trinta por cento) os orçamentos dos órgãos, fundos e entidades referidos no caput deste artigo.

Art. 3.º Os créditos orçamentários correspondentes aos recursos transferidos ao Tesouro Geral do Estado poderão ser alocados no órgão de origem mediante solicitação fundamentada à Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 4.º A parcela das receitas de que trata o art. 2º deste Decreto, arrecadadas no período de janeiro a agosto do exercício corrente, deverá ser transferida ao Tesouro Geral do Estado até 15 de outubro de 2016, observado o disposto no Parágrafo único do mesmo artigo.

Art. 5.º A Secretaria de Estado da Fazenda disciplinará a aplicação do

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 63103616

Documento emitido em 29/09/2016 14:52:47.

Diário Oficial Executivo
Nº 9791 | 28/09/2016 | PAG. 6Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE.www.imprensaoficial.pr.gov.brGEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
Secretário de Estado da Fazenda, em exercício

al quanto as adequações orçamentárias, financeiras e adequação centralizada do Tesouro Geral do Estado as Disposições Constitucionais Transitórias.

tra em vigor na data de sua publicação e vigorará

embro de 2016, 195ª da Independência e 128ª

VALDIR LUIZ ROSSONI
Chefe da Casa Civil

89292/2016

DECRETO Nº 5159

Regulamenta, para o exercício de 2016, a Lei nº 17.741, de 30 de outubro de 2013, que concede desconto pelo pagamento antecipado do ICMS, em percentual não superior aos índices exigidos pelo fisco para a cobrança de encargos de inadimplência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e considerando o disposto no § 5º do artigo 36 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com redação dada pela Lei nº 17.741, de 30 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedido desconto pelo pagamento antecipado do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, mediante a aplicação, sobre o imposto devido relativamente aos respectivos períodos a serem antecipados, de percentual não superior aos índices exigidos pelo fisco para a cobrança de encargos de inadimplência.

Parágrafo único. O desconto de que trata o "caput" será apurado na forma, nos prazos e mediante os procedimentos previstos em Resolução do Secretário de Estado da Fazenda e deverá observar, cumulativamente, as seguintes condições:

I - será aplicável ao ICMS com fato gerador já ocorrido, declarado e com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2018;

II - o pagamento de todas as parcelas requeridas para antecipação, observado o prazo para pagamento estabelecido;

III - não poderá ser superior à Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, base ano, válida na data do requerimento, aplicada pelo método do desconto racional composto ao conjunto das parcelas constantes no requerimento.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 27 de dezembro de 2016, 195ª da Independência e 128ª da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

VALDIR LUIZ ROSSONI
Chefe da Casa Civil

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
Secretário de Estado da Fazenda, em exercício

89293/2016

DECRETO Nº 5160

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso IV, combinado ao art. 17 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Parecer nº 104/2016, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, e o contido nos protocolos sob nºs 14.123.711-0 e 14.244.135-7,

DECRETA:

Art. 1.º Inclui o polo do município de Pinhão, entre os locais de oferta do curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, modalidade Educação a Distância, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Campus de Irati, autorizado pelo Decreto nº 4.703, de 27 de julho de 2016, passando a vigorar como: "polos de Apucarana, Lapa, Laranjeiras do Sul, Pato Branco, Dois Vizinhos, Prudentópolis e Pinhão".

Art. 2.º As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 27 de setembro de 2016, 195ª da Independência e 128ª da República.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

VALDIR LUIZ ROSSONI
Chefe da Casa Civil

JOÃO CARLOS GOMES
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

89294/2016